

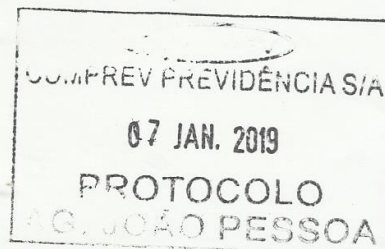
## PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

**OUTORGANTE:** GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS, brasileiro, casado, mecânico, portador do RG nº 1.049.597 2ª Via SSP/PB, inscrito no CPF nº 450.711.874-34, residente e domiciliado na Rua Rangel Travassos, nº 1117, Varjão, João Pessoa - PB. CEP: 58070-120.

**OUTORGADO:** A Bela Keitiany Santos Cavalcanti Abath, brasileira, advogada, inscrita na OAB-PB sob o nº 20.061, email: [keitianysantos@gmail.com](mailto:keitianysantos@gmail.com), telefone: 98880-9148 e o Bel. Wellyngton José Cavalcanti de Lima, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB-PB sob n.9.283, telefone: 998679-0113, ambos com escritório profissional estabelecido a Rua Dom Pedro I, Edif. Capital Center, sala 405, Centro, João Pessoa - PB, onde deverão receber intimações de estilo (art.39 do CPC), outorgando-lhe amplos poderes para o bom e fiel cumprimento do mandato, bem como para o foro em geral conforme estabelecido no artigo nº38 do Código de Processo Civil, e os especiais para substabelecer, receber intimações, receber alvará judicial nominal ao outorgante no Banco do Brasil, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firme e valioso, com fim específico para funcionar como advogados do Outorgante na **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA RECEBIMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT POR INVALIDEZ DE CARATER PERMANENTE** contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, que tramitará em um dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de João Pessoa - PB. Dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 24 de abril de 2018.

*Gutemberg Gomes dos Santos*  
Outorgante





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 01269.01.2018.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01269.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:50 horas do dia 10 de julho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto do Egito de Sousa, matrícula 905178, e lavrado por Alcebiades Barbosa de Azevedo, Escrivão de Polícia, matrícula 1557246, ao final assinado, compareceu **Gutemberg Gomes dos Santos**, CPF nº 450.711.874-34, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Mecânico, filho(a) de Maria José Lopes dos Santos e Americo Gomes dos Santos, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 18/01/1970 (48 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Rangel Travassos, Nº 1117, bairro Varjão, tendo como ponto de referência Próximo Ao Colégio Elshadai, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98813-4136.

**Dados do(s) Fatos:**

Local: Avenida São Judas Tadeu, Próximo À Oficina Miramar, João Pessoa/PB, bairro Rangel; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 04/04/18 15:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

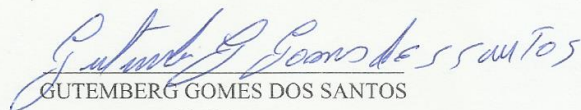
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Conduzia uma motocicleta de dados não conhecidos, pertencente a um cliente da oficina do declarante, pela rua Jornalista Rafael Mororó, quando adentrou à avenida São Judas Tadeu (preferencial), sem observar a sinalização de parada obrigatória, momento em que foi colidido por um veículo Ford Ka, placas NPR 8379, conduzido por uma mulher conhecida por ser neta de "tonho do cachorro quente", moradora do mesmo bairro. Afirma que a condutora permaneceu no local. Afirma que o BPTRAN não foi ao local e que uma ambulância do corpo de bombeiros socorreu o declarante ao Complexo Hospitalar de Mangabeira, conforme Laudo Médico - Resumo de Alta que ora apresenta. Afirma que não possui CNH e que não deseja representar criminalmente contra a condutora do veículo.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 10 de julho de 2018.

  
ALCEBIADES BARBOSA DE AZEVEDO  
Escrivão de Polícia

  
GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS  
Noticiante

Procedimento Policial: 01269.01.2018.1.00.420

1/1







VISTO EM: 05/Jul/18  
MARCELO DE SANTANA  
1º TEN. - Mat.: 526.630-6  
RG 2411 CPF 149.776.397-53  
Comandante do BAPH

**BATALHÃO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR  
3ª SEÇÃO - OPERAÇÕES**

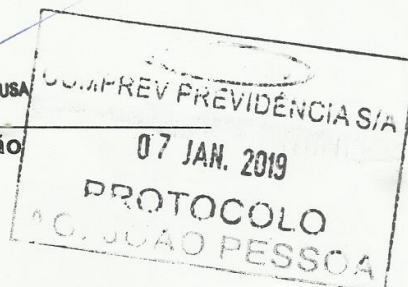
João Pessoa-PB, 04 de Julho de 2018.

**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA Nº. 0274/2018**

Certifico que revendo as fichas de ocorrências atendidas no dia 04/04/2018, conforme requerimento nº 0280/18, solicitado pela pessoa interessada, consta que foi socorrido(a) por volta das 15h59min o/a Sr.(a) **GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS**, CPF nº 450.711.874-34, vítima de acidente de (colisão (carro x moto)) ocorrido na Av. São Judas Tadeu, Rangel – João Pessoa/PB. Que a guarnição da viatura de prefixo AR-44, tendo como chefe o **CABO BM JOHNATA MACIEL DA CRUZ**, Matrícula 522.766-6. Vítima consciente e orientada, com escoriações e suspeita de fratura de membro inferior. Que após os procedimentos de imobilização a referida guarnição a transportou na viatura acima citada para o Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Buriti.

Para constar, eu **André Vieira de Souza** - CB 3V, Mat. 523.518-9, ( ) auxiliar da 3ª Seção/BAPH, digitei a presente certidão, que vai assinada por mim e pelo(a) chefe da 3ª Seção/BAPH.

**JYHARMESON DIEGO A. DE SOUSA**  
2º TEN. MAT. 527.341-2  
Chefe da 3ª Seção



**GOVERNO  
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - Batalhão de Atendimento Pré-hospitalar.  
Rua Doutor Orestes Lisboa, S/nº, Conj. Pedro Gondim, 58.031-090, João Pessoa-PB  
Fone: (83) 3243-9044 / (83) 3216-5751 / (83) 3218-7979 (FAX) - E-mail: craphbbs@bombeiros.pb.gov.br





## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE 48	SEXO masc	COR	CLÍNICA Ortopedia	ENF.16	LEITO:156
DATA DE ADMISSÃO 04/04/2018		DATA DE ALTA 19/04/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura Diafisária de Tíbia+ maléolo lateral esq</i>				CID S82.2 + S82.6	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES <i>Rx de Perna demonstrando solução de continuidade óssea da Tíbia E FIBULA</i>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. ( ) SIM (X) NÃO					
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDICÕES DE ALTA (X) MELHORADO ( ) REMOVIDO ( ) A PEDIDO ( ) CURADO ( )					
ÓBITO					

### RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) de fratura diafisária da Tíbia foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução e fixação interna. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica, antitrombótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

### ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.  
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.  
Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: Cefalexina e cetoprofeno.

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias.  
Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 7 dias para revisão.

19/04/2018

DATA


ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0005597/19  
Vítima: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS  
CPF: 450.711.874-34  
CPF de: Próprio  
Data do acidente: 04/04/2018  
Titular do CPF: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS  
Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação

#### WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA : 287.714.604-97

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

#### GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS : 450.711.874-34

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

3120016955

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 07/01/2019  
Nome: WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA  
CPF: 287.714.604-97

WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 07/01/2019  
Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA  
CPF: 109.758.064-40

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190016455

Vítima: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

Data do Acidente: 04/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

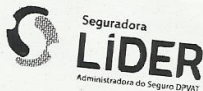
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13797794





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190016455

Vítima:

GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

Data do Acidente: 04/04/2018

Cobertura:

INVALIDEZ

Procurador:

WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:  
Boletim de ocorrência incorreto(a). necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração do Proprietário do Veículo não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13794608





### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) **GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS** portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, portador(a) da patologia CID-10 **S82.2+S82.6**, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de **60** ( **SESSENTA** ) dias, a partir desta data.

João Pessoa, **19 04 2018**

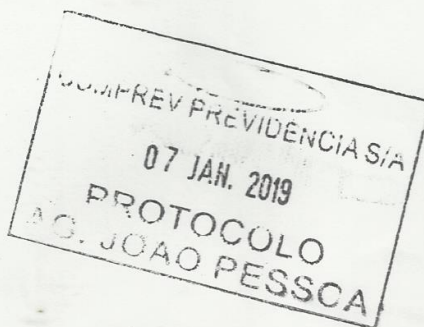
**Dr. Fellipe Bezerra**  
MÉDICO

CRM-PB 11126

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, **Gutemberg Gomes dos Santos**, autorizo o(a) Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.





GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS  
RUA RANGEL TRAVASSOS, 1117 - VARIAO  
JOAO PESSOA / PB CEP: 50070-120 (AG 1)  
Emissao: 19/12/2018 Referência: Dez / 2018  
Classes/Subcls: RESIDENCIAL / BAIKA RENDA MONOFASICA R230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 50071-480  
Roteiro: 12-2-416-5320 Nº medidor: 03008165549



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.095.153/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-4  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 17.291.053  
Cód. para Déb. Automático: 00008557290

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF / CNPJ / RANI  
Dez / 2018 19/12/2018 21/01/2019 460.711.874-34  
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/855729-0

Canal de contato

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.436, de 26 de abril de 2002.  
O Desligamento Programado é uma interrupção de energia necessária para realizar manutenção e melhorias na rede elétrica. Para saber se haverá desligamento na sua região acesse o nosso site ou o app Energisa On. Fique atento ainda aos avisos por SMS, e-mail, carta, jornal e rádio.

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dias		
Data	Leitura	Data	Leitura							
21/11/18	2375	19/12/18	2390	1		115			28	
Demonstrativo										
CC	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Alq. Ictric (R\$)	Base Calc. Po (R\$)	Colm (R\$)			
Tributos Totais (R\$) ICMS (R\$) ICMS										
Fst (Colm (R\$) 1 (0,045%) 1,02559)										
0601	Consumo até 30kW/h-BR	30.000	0,287890	8,63	8,63	27	2,33	8,63	0,09	0,73
0601	Consumo - 31 a 100kW/h-BR	70.000	0,493540	34,54	34,54	27	9,32	34,54	0,37	1,72
0601	Consumo - 101 a 220kW/h-BR	15.000	0,740300	11,10	11,10	27	3,01	11,10	0,12	0,55
0601	Adic. B. Amarela			0,28	-0,28	27	0,07	0,29	0,00	0,01
0610	Subsídio			44,23	44,23	27	11,94	44,23	0,49	2,22
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0907	CONTRE SERVILUM PUBLICA			2,18	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-29,60	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCL Código de Classificação do Item TOTAL 71,36 93,79 76,67 93,79 1,07 4,93  
Média últimos meses (kWh) VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

27/12/2018 R\$ 71,36  
Histórico de Consumo (kWh)

132 | 114 | 134 | 125 | 132 | 133 | 57 | 106 | 109 | 107 | 142 | 135  
Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18

RESERVADO AO FISCO

9c6f.4a95.7661.891a.9ab0.534f.a8da.c12c.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo			
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%	
DIC MENSAL	5,07	0,37	NOMINAL	Serviço de Dist. da Energia/PB	12,95	18,14	
DIC TRIMESTRAL	10,15			Compra de Energia	13,48	25,90	
DIC ANUAL	20,30			Serviço de Transmissão	2,22	2,93	
FIC MENSAL	2,30	1,00	CONTRATUAL	Encargos Solvidos	3,06	4,29	
FIC TRIMESTRAL	6,90		LIMITES INFERIOR	Imunidade Diretos e Encargos	24,95	49,84	
FIC ANUAL	13,20		LIMITES SUPERIOR	Outros Serviços	0,00	0,00	
DMIC	2,88	0,37		Total	71,36	100,00	
DICRI	12,22						

ATENÇÃO

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso não seja fatura(s) a todo o lado reboada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 03/01/2019. Conforme Resolução 114 da ANEEL, O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de devolução suspensa do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as cortas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso a tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere essa mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Sua unidade foi faturada como Baixa Renda. Tendo um desconto de R\$29,80. - Letura confirmada

Nov/18 92,88  
Out/18 97,51

ENERGISA PARAIBA VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

Roteiro: 12-2-416-5320 27/12/2018 R\$ 71,36  
Matricula: 855729-2018-12-5 83670000000-0 71360149000-4 0855729201810 12500002019-3



CARTÓRIO CELEIDA  
1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL  
COMARCA DA CAPITAL  
RUA JUSCELINO KUBITSCHKE, S/Nº - ERNESTO GEISEL - CEP 58075-400 - JOÃO PESSOA - PARAIBA - TELEFAX: (83) 3231-4078  
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelião em 07/01/2019 11:48:24  
Emol:R\$2,49 FEPJ R\$0,12 FARPEN:R\$0,41 ISS R\$ 0,11. Selo Digital- AHY15623-PPAI Consulte em  
https://selodigital.tibpb.jus.br



CARTÓRIO CELEIDA  
1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL  
COMARCA DA CAPITAL  
RUA JUSCELINO KUBITSCHKE, S/Nº - ERNESTO GEISEL - CEP 58075-400 - JOÃO PESSOA - PARAIBA - TELEFAX: (83) 3231-4078  
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelião em 07/01/2019 11:48:13  
Emol:R\$2,49 FEPJ R\$0,12 FARPEN:R\$0,41 ISS R\$ 0,11. Selo Digital- AHY15622-AIVO Consulte em  
https://selodigital.tibpb.jus.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
REGISTRO GERAL 1.049.597 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 07/05/2014  
NOME GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS  
FILIAÇÃO AMÉRICO GOMES DOS SANTOS  
MARIA JOSÉ LOPES DOS SANTOS  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
JOÃO PESSOA-PB 18/01/1970  
DOC ORIGEM  
CASAM N.29250 FLS.134 LIV.1462  
CARTÓRIO 1º JOÃO PESSOA-PB  
450.711.874-34  
ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CARTÓRIO CELEIDA  
1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL  
COMARCA DA CAPITAL  
RUA JUSCELINO KUBITSCHKE, S/Nº - ERNESTO GEISEL - CEP 58075-400 - JOÃO PESSOA - PARAIBA - TELEFAX: (83) 3231-4078  
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelião em 07/01/2019 11:48:33  
Emol:R\$2,49 FEPJ R\$0,12 FARPEN:R\$0,41 ISS R\$ 0,11. Selo Digital- AHY15624-T966 Consulte em  
https://selodigital.tibpb.jus.br



Assinado eletronicamente por: Wellyngton José Cavalcanti de Lima - 11/09/2019 14:27:14

http://pje.tibpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091114271382000000023551592

Número do documento: 19091114271382000000023551592



MUA HANGEL TRAVASSOS, 1117, VARRIAO  
JOAO PESSOA / PB CEP: 58070-120 (AG 1)  
Emissão 19/12/2018 Referência Dez / 2018  
Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BAYIA RENDA MONOFASICA 0,8720, Km 25 - Costa Redentor - João Pessoa - PB - CEP: 58071-690  
Roteiro 12 - 2 - 416 - 5320  
Nº medidor: 09009165940

**energisa**

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Cód. para Ddb. Automático: 00008557290  
CNPJ 09.055.132/0001-40 Insc. Est. 16.045.423-9

\* Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 017 2911658  
Cód. para Ddb. Automático: 00008557290

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/CNPJ/RAN  
Dez / 2018 19/12/2018 21/01/2019 460.711.874-34

UC (Unidade Consumidora): 5/855729-0  
Insc. Est.

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002  
O Desligamento Programado é uma interrupção de energia necessária a realizar manutenção e melhorias na rede elétrica. Para saber se haverá desligamento na sua região acesse o nosso site ou o app Energisa On. Fique atento ainda aos avisos por SMS, e-mail, carta, jornal e rádio

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 21/11/18	Data 19/12/18	1	115	29
Leitura 2275	Leitura 2400			
Demonstrativo				
CC	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base (R\$)
0601	Consumo até 30 kWh-BR	30,000	0,287890	8,63
0601	Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70,000	0,483540	33,84
0601	Consumo - 101 a 220 kWh-BR	15,000	0,740300	11,10
0601	Adic. B. Amarela			0,28
0610	Subsídio			44,23
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0607	CONTRIB. SERV. ILLUM. PÚBLICA			2,18
0905	Devolução Subsídio			-28,60
				0,00

CC - Código de Classificação do Item  
Média últimos meses (kWh) TOTAL 71,36 93,79 26,87 30,70 1,07 4,93  
**VENCIMENTO TOTAL A PAGAR**

27/12/2018 R\$ 71,36  
Histórico de Consumo (kWh)

132 | 114 | 134 | 125 | 132 | 133 | 57 | 108 | 103 | 107 | 142 | 133  
Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18  
**RESERVADO AO FISCO**

9c6f.4a95.7661.891a.9ab0.534f.a8da.c12c

Indicadores de Qualidade			Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	5,07	0,37	Serviços de Dist. da Energisa/PB	12,95	18,14
DIC TRIMESTRAL	19,15		Consumo de Energia	12,48	25,90
DIC ANUAL	20,30		Serviços de Transmissão	2,02	2,83
FIC MENSAL	2,30	1,00	Encargos Setoriais	3,05	4,29
FIC TRIMESTRAL	8,90		Impostos Diretos e Encargos	34,85	48,84
FIC ANUAL	13,20		Outros Serviços	0,00	0,00
DICQ	2,88				
DICPI	1,22	0,37			
			Total	71,36	100,00

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) de todo o mês não seja(m) paga(m) em tempo, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 03/01/2019. Conforme Resolução 414 da ANEEL, o pagamento após essa data não elimina a responsabilidade da dívida suspensa do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado às cortas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso a tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere essa mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplência. - Sua unidade foi faturada como BOMAS, tendo um desconto de R\$28,00. - Leitura confirmada

Faturas em atraso

Nov/18 V92,88  
Out/18 97,56

07 JAN. 2019

PROTOCOLADO  
JOAO PESSOA

energisa

PARAIBA

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

27/12/2018

R\$ 71,36

Roteiro: 12 - 2 - 416 - 5320  
Matrícula: 855729-2018-12-5

83670000000-0 71360149000-4 0855729201810 12500002019-3



**CARTÓRIO CELEIDA**

1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL  
COMARCA DA CAPITAL

RUA JUSCELINO KUBITSCHEK, S/Nº - ERNESTO GISEL - CEP 58075-400 - JOAO PESSOA - PARAIBA - TELEFAX (81) 3251-4078  
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelia. em 07/01/2019 11:48:24  
Emol: R\$2,49 FEPJ R\$0,12 FAFEN: R\$0,41 ISS R\$ 0,11  
Digital - AHY15623-PPAI Consulte em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



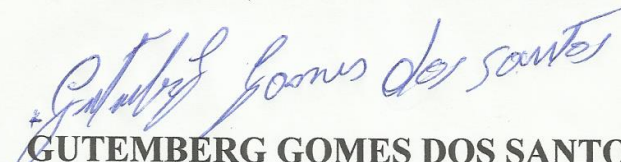
## DECLARAÇÃO

**GUTEMBERG GOMES**

**DOS SANTOS**, brasileiro, casado, mecânico, portador do RG nº 1.049.597 2ª Via SSDS/PB, inscrito no CPF nº 450.711.874-34, residente e domiciliado a Rua Rangel Travassos, n/ 1.117, Rangel, João Pessoa-PB. CEP: 58063-220. DECLARO de sã consciência e para que surta seus efeitos legais, inclusive pra fazer provas perante uma das Varas Cíveis De Mangabeira comarca de João Pessoa-PB. Em meu favor, que sou pobre na forma da Lei 1060/50. Desse modo não disponho de recursos financeiros para arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, sem prejuízo de meu próprio sustento e da minha família.

Declaro ainda ser conhecedor das sanções a que poderei responder cível e criminalmente caso esta DECLARAÇÃO não expresse a verdade, de acordo com o que preceitua o Art.299 do Código Penal Brasileiro.

João Pessoa, 02 de abril de 2019.

  
**GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS**  
DECLARANTE





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854418-08.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos.

Infere-se dos autos que a parte promovente, por seu advogado, pugnou pela gratuidade da justiça, declarando-se pobre na forma da lei.

Analisando a inicial, verifica-se que o autor se declara mecânico, porém deixa de justar aos autos qualquer documento que comprove sua situação de hipossuficiência, sequer justificando-a.

As normas que disciplinam a gratuidade judiciária foram criadas para amparar os desvalidos e excluídos da sociedade, que não conseguem manter a própria subsistência e da sua família.

Há que ser concedido tal benefício a pessoas físicas ou jurídicas reconhecidamente incapazes de arcar com as despesas processuais. Se assim não fosse, haveria uma deturpação do real sentido da norma, que é o de garantir o acesso ao Poder Judiciário aos menos favorecidos.

O art. 99, §3º do CPC, estabelece a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Destaque-se que, sendo relativa a presunção de miserabilidade, pode o magistrado questionar *ex officio* alegação, caso encontre elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente, a fim de que o benefício não seja utilizado por aqueles que não se enquadram nas hipóteses legais.

Importante frisar, ainda, que o autor deu à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que deverá ser considerado para fins de cálculo das despesas processuais.

O CPC/2015 inovou no ordenamento jurídico quando, em seu art. 98, §§ 5º e 6º, previu a possibilidade de redução ou parcelamento das custas processuais, solução intermediária entre a concessão ou não do benefício. Tal regra foi recepcionada por este Tribunal através da Portaria Conjunta nº 02/2018.

Diante de tudo o que foi exposto, **intime-se** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos sua situação de miserabilidade que justifique a concessão da Justiça Gratuita, podendo se valer de contracheque/holerite,





extratos de conta bancária e/ou cartão de crédito, declaração de imposto de renda dos últimos 02 (dois) anos, bem como toda e qualquer documentação que desejar, sob pena de indeferimento do benefício.

Poderá a parte autora, ainda, no mesmo prazo, requerer a redução do valor das custas e/ou seu parcelamento, nos termos explanados acima.

Deverá a parte, por fim, juntar aos autos guia de custas, nos termos da Portaria Conjunta n° 02/2018.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 19 de setembro de 2019.

Juiz(a) de Direito



Petição em PDF!





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB

Proc. nº 0854418-08.2019.8.15.2001

Atendimento ao despacho contido no ID Nº 24555247

GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS, já qualificado nos Autos em apreço, em que litiga contra a LIDER SEGURADORA S/A, igualmente qualificada. Vem à presença de Vossa Excelência, por meio de seu Advogado que a esta subscreve, em atenção ao venerando despacho contido no ID acima, em tempo hábil, expor e requer o que se segue adiante:

MM JULGADOR, A indenização perseguida pelo promovente, aponta que o valor máximo a que está obrigada a pagar a seguradora Ré, é de R\$13.500,00 (treze mil e lquinientos reais), isso é se a sequela produzida pelo sinistro seja de 100%, no caso em análise, só quem tem competência para atestar esse percentual de 0 a 100% é o perito que irá apontar, daí se não houver contestação, o valor a ser pago necessariamente terá que seguir ao que preconiza a Lei que regulamenta a matéria ventilada.

Como o Autor não possui recursos para arcar com o pagamento de custas processuais, por ser pobre na forma da Lei, e para tanto faz juntada nesta ocasião de Declaração fornecida pela Receita Federal e assinada de próprio punho pelo suplicante, que nunca declarou imposto de renda e xerox de sua CTPS. Onde se pode haver consulta, caso



exista dúvidas sobre o alegado. Aproveita o ensejo para reforçar o pedido de Justiça Gratuita.

Diante do Exposto requer:

Seja dado impulso ao feito, intimando as partes e seus representantes legais, bem como um Perito Oficial indicado pela Ré, para comparecer em Audiência a ser dignada por esse Juízo, no intuito de atestar a Debilidade e Deformidade de caráter permanente a que foi acometido o suplicante, em virtude do acidente sofrido.

Pugna pela concessão da Justiça gratuita com arrimo na Lei 1060/50, já que sua situação de miserabilidade, não permite arcar com o pgto de custas processuais, e honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento e de sua Família.

Na mesma esteira seja a Seguradora Ré, condenada ao pagamento da indenização perseguida pelo promovente, no valor a que tem direito, ressaltando que esse valor só será conhecido após o PERITO atestar a Debilidade e Deformidade permanente do Autor. Bem como as custas e despesas processuais, e aos honorários Advocatícios, estes no percentual que fica a critério de Vossa Excelência.

Nestes Termos

Pede Deferimento

João Pessoa, 18 de maio de 2020.

Wellyngton José Cavalcanti de Lima

ADV.OAB-PB nº9.283

Keitiany Santos Cavalcanti Abath

Adv.OAB/PB nº 20.061







## Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS, RG/CNH nº 1049.594.20vi2  
órgão expedidor: SSDS, UF: PB, CPF 450.411.844-34 endereço  
Rua Romgel Truassos, nº 1114, Variação, CEP 58040-120  
cidade de João Pessoa, telefone(s) ( ) \_\_\_\_\_, **DECLARO** ser  
isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s)  
exercício(s) 2018, 2019 por não incorrer em nenhuma das hipóteses de  
obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83\*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

João Pessoa, 18 de Maio de 2020.

Gutemberg Gomes dos Santos

Assinatura

\*Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

### LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre a prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.





## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **04219944/0002-98**  
 CNPJ/MF **MAXIMA MOTORSPORTS LTDA**  
 Rua **Av. Pres. Getúlio Vargas, 182**  
 Município **Est. CENTRO - CEP 58013-240**  
 Esp. do estabelecimento **PESSOA - PB**  
 Cargo **Mecânico** CBO nº **914415**  
 Data admissão **09** de **Abril** de **2006**  
 Registro nº **38** Fls./Ficha **38**  
 Remuneração especificada **R\$ 423,00**  
**Quatrocentos e vinte e três reais**  
**MAXIMA MOTORSPORTS LTDA**  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
**Ricardo Canuto**  
**GERENTE**  
 1º .....  
 2º .....  
 Data saída **02** de **Maio** de **2007**  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
**Charles Pereira Silveira**  
 1º .....  
 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº .....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....  
 CNPJ/MF .....  
 Rua ..... Nº .....  
 Município ..... Est. ....  
 Esp. do estabelecimento .....  
 Cargo ..... CBO nº .....  
 Data admissão ..... de ..... de .....  
 Registro nº ..... Fls./Ficha .....  
 Remuneração especificada .....  
 .....  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Data saída ..... de ..... de .....  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº .....



008 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR MOTOFÁCIL COMÉRCIO E SERV.  
DE MOTOS LTDA  
CGC/CNPJ/CEI 01.983.996/0001-65  
ENDEREÇO PARQUE SALON DE LUCENA, 697  
MUNICÍPIO JOÃO PESSOA UF PB  
ESP. DO ESTABELECIMENTO COMÉRCIO  
CARGO MECANICO  
CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO 08 DE AGOSTO DE 2008  
REGISTRO Nº FLS. / FICHA  
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA R\$ 516,00 (cincocentos e dez e seis reais)  
3222.8008  
1ª 2ª 3ª

DATA DE SAÍDA 24 DE 11 DE 2008  
1ª 2ª 3ª

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA:

09 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR  
CGC/CNPJ/CEI  
ENDEREÇO  
MUNICÍPIO UF  
ESP. DO ESTABELECIMENTO  
CARGO  
CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE  
REGISTRO Nº FLS. / FICHA  
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA  
1ª 2ª 3ª

DATA DE SAÍDA DE DE  
1ª 2ª 3ª

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA:





02

## QUALIFICAÇÃO CIVIL

**BRASILEIRO**

NOME: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

LOC. DE NASC.: JOAO PESSOA - PB

FILIAÇÃO: AMERICO GOMES DOS SANTOS

MARIA JOSE LOPES DOS SANTOS

DOC. APRESENTADO: R.G. 1049597 SSP PB

ESTADO CIVIL: CASADO

LEI Nº 043, DE 18 DE MARÇO DE 1995.

RG: 1049597

T. ELEITOR: 018630101236

SEÇÃO: 0332

CPF: 450.711.874-34

ZONA: 064

LOCAL DA EMISSÃO: DRT/PB

EMISSÃO: 11/05/2007

18/01/1970

NASCIMENTO

ASSINATURA DO EMISSOR

## ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE

PARA

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

## L E G E N D A

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO  
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA



## TRABALHADOR

Esta é a sua **Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS**, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro, desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO  
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

## CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

123.69705.60-6

NÚMERO

2142425

SÉRIE

002-0

UF

PB

*Wellyngton José Cavalcanti de Lima*

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



GRANDE IMPRESSÃO DO DEDÃO





Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo: 0854418-08.2019.8.15.2001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [Acidente de Trânsito]**  
**Polo ativo: AUTOR: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS**  
**Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que com a manifestação da parte promovente faço conclusão dos autos.

JOÃO PESSOA, 19 de maio de 2020  
ANA CRISTINA PESSOA DINIZ





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0854418-08.2019.8.15.2001**

**DESPACHO**

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que as partes não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

JOÃO PESSOA, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito

